



## CHUVAS

# Pernambuco devastado pela tragédia do século

Destruição e número de óbitos é maior do que o da enchente que assolou Recife, em 1975. Especialistas insistem que causas para o desastre são conhecidas: mudanças climáticas, intervenção humana desregrada e precariedade na urbanização

» ISABEL DOURADO\*  
» ISADORA ALBERNAZ\*

Dois corpos de vítimas das chuvas foram localizados, no final da tarde de ontem, na Grande Recife, fazendo com que o número de vítimas fatais seja de 109 nesta que já é considerada a maior tragédia desse tipo em Pernambuco, neste século. Isso porque, até então, a maior devastação no estado era a enchente histórica de 1975, no Recife, que matou 107 pessoas.

Os dois corpos encontrados estavam onde as buscas têm se concentrado desde a última segunda-feira. Um dos mortos foi encontrado na Vila dos Milagres, no Barro, em Recife, e o outro descoberto na comunidade Bola de Ouro, no bairro Curado 4, em Jaboatão dos Guararapes — município vizinho à capital pernambucana.

A tragédia em Pernambuco reúne fatores comuns às recentes devastações, que deixam cidades destruídas e dezenas de mortos. Os especialistas relacionam tais acidentes às mudanças climáticas, à intervenção humana sem regras claras, a urbanização precária dos locais onde geralmente acontecem os desastres, além da falta de políticas públicas de habitação consistentes para a população de baixa renda.

Somente este ano, é a segunda tragédia de grandes proporções. No começo do ano, as chuvas devastaram várias cidades da Bahia, de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas o auge foi a que transformou Petrópolis (RJ) em um amontoado de escombros de lama, no final de fevereiro para março. O resultado é de 233 mortos, vítimas das enchentes e dos deslizamentos.

Uma pesquisa do Observatório dos Desastres Naturais mostra que nos últimos 10 anos, as mortes causadas por excesso

Sergio Maranhão/AFP



Bombeiros cavam na comunidade Bola de Ouro, em Jaboatão dos Guararapes, onde foi encontrado mais um dos corpos das 109 vítimas fatais

de chuvas e suas consequências no Brasil somaram 1.756. Apenas em 2022, o saldo parcial dos óbitos por causa das tragédias são 457. Dos 10 estados mais afetados, cinco são do Nordeste do país: Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará.

Para o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB) Benny Schvartsberg, a tragédia de Pernambuco é recorrente no Brasil devido ao grande número de áreas de risco que são ocupadas de forma inadequada. “Não houve um manejo com a desocupação da área e de realocação das famílias. Não havendo as providências prévias, como um plano diretor municipal,

acabam acontecendo perdas humanas em que as ações não são preventivas, mas sim curativas — após o acontecido. A responsabilidade maior é do poder público, que não tomou providências para evitar esse tipo de catástrofe. E não faltaram instrumentos para tanto”, destacou.

### Alertas

Schvartsberg observa que mesmo que os municípios sejam alertados sobre a possibilidade de uma tragédia, o poder público não se preocupa com a desocupação das áreas de risco para realocar as famílias para áreas seguras. “No caso de Petrópolis, por exemplo, o prefeito foi alertado horas antes do acontecimento

das chuvas. Não ocorreram as providências necessárias a tempo”, lembrou.

Segundo o professor, a capacidade científica e tecnológica da previsão desses eventos hoje em dia é bastante clara. “Em situação de baixadas, como no caso da Bahia e de Pernambuco, os elementos comuns são as áreas ocupadas de forma inadequada, sem parâmetros e sem planejamento sobre as áreas de risco. Diria que muito provavelmente os níveis de precariedade de construção estão presentes em todas elas. Há também uma precariedade do lado do governo para fazer a remoção ou realocação das pessoas”, explicou Schvartsberg.

Para o professor do Departamento de Geografia da UnB

Roberto Arnaldo Trancoso Gomes, os desastres ambientais no Brasil são complexos devido à dimensão territorial do país. “Em cada desastre deve ser observada uma particularidade. Em Recife, por exemplo, há alguns anos já aconteciam deslizamentos e inundações, mas, agora, estão ocorrendo muito mais. Não houve a retirada da população. A gente tem planos de gestão de desastres naturais há mais de 10 anos, mas existem processos que têm que ser implementados: intensificação, previsão do problema, monitoramento e mitigação posteriormente do problema”, observou.

\*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

## Prejuízo que a sociedade paga

Um estudo realizado, em 2018, a partir do cruzamento de dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e do último Censo, feito em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), identificou que mais de oito milhões de pessoas vivem em áreas de risco no Brasil. Fatores socioeconômicos são os principais responsáveis por isso.

Outro levantamento, este da Confederação Nacional de Municípios, mostra que entre 1 de janeiro de 2013 e 5 de abril de 2022 os desastres naturais causaram R\$ 341,3 bilhões de prejuízos. Mostra, ainda, que de 1 de janeiro a 5 de abril de 2022, o custo da devastação é de aproximadamente R\$ 72,3 bilhões — os quatro primeiros meses deste ano ultrapassaram os prejuízos de 2021 inteiro, que ficou em R\$ 60,3 bilhões.

Apesar do aumento de casos de desastres naturais no Brasil, os valores destinados para o enfrentamento desses eventos vêm diminuindo a cada ano. Em 2022, o governo federal autorizou R\$ 1,2 bilhão, o menor valor desde 2010, considerado o ajuste à inflação econômica. Os maiores repasses foram feitos aos estados do Nordeste. (ID e IA)

**R\$ 341 BI**

é a conta dos desastres naturais entre 1 de janeiro de 2013 e 5 de abril de 2022

## ORÇAMENTO

# Corte afeta bolsas, pesquisas e projetos das universidades

Auxílio estudantil, bolsas de pesquisas e projetos acadêmicos serão diretamente prejudicados pelo bloqueio de R\$ 3,2 bilhões de verbas de custeio, anunciado pelo governo esta semana, para as universidades federais de todo o país. O alerta é da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Presidente da entidade de reitores, Marcus David diz que a redução dos recursos para as universidades deve chegar a 14,5% do total. Para ele, a medida vai “inviabilizar o funcionamento das instituições neste segundo semestre”, com impacto direto sobre alunos mais pobres.

Já o bloqueio no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, também já confirmado, será de R\$ 2,9 bilhões. Deve paralisar, conforme entidades científicas, pesquisas importantes sobre covid-19 e meio ambiente. O corte total do Orçamento, anunciado pelo governo federal e publicado, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), é de R\$ 8,2 bilhões.

Na Universidade Federal de Minas (UFMG), o dinheiro bloqueado deve corresponder a uma

Divulgação



redução superior a R\$ 30 milhões, segundo a reitoria. Se a supressão de recursos for mantida, “comprometerá o funcionamento e a manutenção da universidade, com forte impacto nas ações de ensino, pesquisas e extensão, além da assistência estudantil, inviabilizando

o apoio a estudantes mais necessitados”, segundo explicou a reitora Sandra Regina Goulart.

“Esses cortes reduzem a atuação das universidades como agentes mitigadores do aumento das condições de vulnerabilidade da nossa população, que tem sido



**O bloqueio compromete gravemente a manutenção da universidade, além de ameaçar a permanência dos estudantes em situação vulnerável, vinculados à assistência infantil”**

Marcos David, presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora

fortemente afetada com a pandemia de covid-19 e com a crise econômica”, apontou, em nota.

Reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Marcelo Fonseca disse que o bloqueio é “uma tragédia”. Segundo ele, torna impossível manter

compromissos, bolsas e planos previstos para este ano.

“Na prática, esses dois bloqueios (das verbas do MEC e do MCTI) inviabilizam o funcionamento da ciência brasileira e dessas instituições, institutos e universidades que são tão cruciais para o país. O Orçamento de 2022 já era claramente insuficiente para o funcionamento das nossas instituições neste ano. É uma tragédia nacional que logo a ciência, as universidades e os institutos de pesquisa que tiveram esse papel estratégico reconhecido por todos num momento de pandemia paguem quase a metade da conta desse reajuste aos funcionários federais”, afirmou Fonseca.

### Catástrofe

Para a coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, Tatiana Roque, o corte na ciência e tecnologia deve atingir bolsas do CNPq, além de outras verbas essenciais à pesquisa. “Já o corte na educação pode prejudicar as verbas para o funcionamento da universidade e assistência estudantil. Uma catástrofe, especialmente neste momento

de volta da pandemia, em que as universidades precisam muito de investimentos”, lamentou.

Marcus David, também reitor da Federal de Juiz de Fora (UFJF), concorda com a colega. “O bloqueio compromete gravemente a manutenção da universidade, afetando diretamente projetos de pesquisa, de inovação, de extensão e de cultura, além de ameaçar a permanência dos estudantes em situação vulnerável, vinculados à assistência infantil”, explicou.

Segundo o reitor Emmanuel Tourinho, da Federal do Pará (UFPA), o corte na instituição equivale “a uma perda de R\$ 28 milhões, de um orçamento que já era R\$ 10 milhões mais baixo do que o de 2019. Uma condição de financiamento que já era crítica torna-se, neste momento, absolutamente insustentável”.

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader estima que o corte de verbas na ciência deve impactar pelo menos 30 projetos de pesquisa. Entre eles, estão estudos sobre covid-19, biodiversidade e sustentabilidade, além de pesquisas na Antártida.